



Boletim Informativo

Belém-PA, 25 de abril. Edição N°002/2016

PRESIDÊNCIA

Atos da Presidência:

Portaria nº 775/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 08.03.2016, que dentre outras providências unifica a Central de Equipe Multidisciplinar para atuar nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belém e nas demandas da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar; Portaria nº 1026/2016-GP, e-DJTJ/PA, considerando a composição do Grupo Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje – através da Portaria nº 1238/2015-GP; designar o advogado Dr. Amadeu dos Anjos Vidonho Júnior, OAB-PA 9.424, para integrar o Grupo Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje do Tribunal de Justiça do Estado – na condição de representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará; Portaria nº 1168/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 16.03.2016, estabelecendo um dia de “ Leitura Livre” para terceirizados e reeducandos, que atuam no Poder Judiciário; Portaria nº 1284/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 18.03.2016, contendo quadro relotando/lotando os Juízes Substitutos nas Regiões Judiciárias; Portaria nº 1357/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 28.03.2016, dispondo sobre o descarte de bens constrictados nos depósitos públicos de 1º e 2º Ofício, e que, em razão do lapso temporal superior a 10 anos, encontram-se desvalorizados e inutilizados; Portaria nº 1324/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 30.03.2016, instituindo o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Estado do Pará; Portaria nº 1680/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 13.04.2016, dispondo sobre a instituição da Pesquisa de Satisfação do Usuário no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, visando dimensionar o grau de satisfação dos usuários, em relação aos serviços prestados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará; Portaria nº 1773/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 14.04.2016, considerando a conveniência de adequar os termos da Portaria nº 86/2012-GP, de 17 de Janeiro de 2012, em face da necessidade da administração do Tribunal de Justiça promover a gestão equilibrada de seus recursos.

Art. 1º - O artigo 1º da Portaria nº 86/2012-GP, de 17.01.12, passa a vigorar com a seguinte redação: “ Art. 1º - Estabelecer o pagamento da gratificação de Tempo Integral aos servidores convocados para o desenvolvimento de atividades laborais em mutirões, em caráter excepcional, para ações demandadas pelas Corregedorias de Justiça e Coordenadoria dos Juizados Especiais, no percentual fixo de 20% (vinte por cento) para os servidores que exercerem atividades em mutirão, independentemente do horário de extensão da jornada extraordinária; Portaria nº 1774/2016-GP, e-DJTJ/PA, instituindo o Comitê Gestor Local de atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará; Portaria nº 1777/2016-GP, e-DJTJ/PA, instituindo a Equipe de Validação dos Manuais de Procedimentos Administrativos, considerando a Ação do Plano de Gestão nº 10.4.1, visando o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do TJPA; Portaria nº 1794/2016-GP, e-DJTJ/PA, de 15.04.2016, instituindo Comissão Organizadora do 1º Concurso de Poesias do Dia das Mães, considerando a realização do 1º Concurso de Poesias do Dia das Mães.

-Integra das portarias no Portal Externo/Legislação/Portarias

RESOLUÇÕES

Resolução nº 002/2016, e-DJTJ/PA de 10.03.2016 – Dispõe sobre a concessão de Licença para Estudo aos servidores no âmbito do Poder Judiciário Estadual, e dá outras providências;

Resolução nº 003/2016, e-DJTJ/PA de 10.03.2016 – Dispõe sobre a criação de uma Subdireção de Fórum na Vara Distrital de Monte Dourado, na Comarca de Almeirim, e dá outras providências;

Resolução nº 004/2016, e-DJTJ/PA de 10.03.2016 – Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides, redefine as competências, renomeia as varas, e dá outras providências;

Resolução nº 005/2016, e-DJTJ/PA de 10.03.2016 – Dispõe sobre a instalação da Vara Criminal da Comarca de Canãa dos Carajás, redefine as competências, renomeia as Varas, e dá outras providências;

Resolução nº 006/2016, e-DJTJ/PA de 10.03.2016 - Altera a Resolução nº 07, de 20 de Maio de 2015, para acrescentar o parágrafo 7º ao art. 4º, com a seguinte redação: “ art. 4º (...) Parágrafo 7º- Fica assegurada a participação de um magistrado e um servidor indicados pelas respectivas associações, sem direito a voto, nas reuniões do Comitê Único – Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau de Jurisdição.”

TRIBUNAL PLENO

Na 10ª Sessão do Tribunal Pleno, realizada em 30.03.2016, constaram da pauta, em sua parte administrativa os seguintes Editais de Remoção/ 2ª Entrância : Vara Criminal da Comarca de Barcarena; 1ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua; 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas; Vara de Execução Penal da Comarca de Marabá; 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Tucuruí; 2ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua; 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua; 2ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Ananindeua; 2ª Vara Criminal da Comarca de Parauapebas; 1ª Vara do Juizado Cível e Criminal da Comarca de Marabá; Vara Única da Comarca de Mojú; 1ª Vara da Comarca de Bragança; 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá; 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena; 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá; Vara Criminal da Comarca de Bragança; Vara do Juizado Cível e Criminal da Comarca de Paragominas. Na presente sessão todos os feitos referidos foram retirados de pauta, por deliberação de Presidência;

Na 12ª Sessão Ordinária, realizada em 13.04.2016, o Tribunal Pleno, teve em sua pauta a escolha de Membro Substituto para atuação junto ao TER-PA, da classe de Juiz de Direito de 3ª Entrância, em razão da vacância ao cargo do Exmo. Sr. Dr. Amílcar Roberto Bezerra Guimarães. Tendo, à unanimidade, sido escolhido o Exmo. Sr. Juiz Edmar Silva Pereira;

Na mesma sessão foram levados para julgamento os seguintes processos de Remoção de 3ª Entrância : 6ª Vara Cível e Empresarial – Comarca da Capital, o qual foi prejudicado em razão da desistência da única candidata inscrita; 4ª Vara de Família – Comarca da Capital, à unanimidade foi removida a magistrada Eliane dos Santos Figueiredo; 2ª Vara de Família – Comarca da Capital, à unanimidade foi removida a magistrada Sílvia Mara Bentes de Souza Costa; 14ª Vara Cível e Empresarial – Comarca da Capital, à unanimidade foi removido o Magistrado Amílcar Roberto Bezerra Guimarães; 2ª Vara Criminal – Comarca da Capital, à unanimidade foi removida a magistrada Blenda Nery Rigon Cardoso.